

Relatório de Avaliação do Passivo Judicial

Exercício 2024



O presente relatório tem por escopo apresentar as atividades desenvolvidas pela Procuradoria Jurídica no ano de 2024, enfocando os aspectos atinentes às melhorias na qualidade de sua gestão, bem como apresentando os números relativos à quantidade de processos em tramitação.

© Paraíba Previdência - PBPREV. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Governo do Estado da Paraíba – Paraíba Previdência (PBPREV). **Relatório de Passivo Judicial.** João Pessoa, Paraíba, 2025.

INFORMAÇÕES E CONTATO

Paraíba Previdência – PBprev, CNPJ: 06.121.067/0001-60

Endereço: Avenida Rio Grande do Sul, s/n - Bairro dos Estados

CEP: 58.030-020 - João Pessoa - PB

Horário de Funcionamento: Segunda à Quinta: 8h às 17h
Sexta: 8h às 12h

Telefone: (83) 3690-1610

E-mail do Atendimento: atendimento@pbprev.pb.gov.br

Whatsapp: (83) 98130 – 8505

Site: <http://www.pbprev.pb.gov.br>

**SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO
PARAÍBA PREVIDÊNCIA - PBPREV**

Av. Rio Grande do Sul, S/N – Bairro dos Estados – João Pessoa-PB
CEP: 58.030-020 Tel.: (83) 2107-1110

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Presidente

José Antônio Coêlho Cavalcanti

Diretor Administrativo e Financeiro

Frederico Augusto Cavalcanti Bernardo

Procurador Chefe

Paulo Wanderley Câmara

Chefe de Gabinete

Claudia Cristina Patrício Pereira

Gerente Contábil e Financeiro

Luiz Carlos Júnior

Gerente Previdenciária

Rafaela Cristina Medeiros do A. Soares

Gerente de Informática

Valdécio Maximino da Silva

Gerente da Folha de Pagamentos

Adriana de Moraes Cordeiro

Coordenadora de Programas

Kyscia Mary Guimarães Di Lorenzo

Coordenador do Controle Interno

Roberto Alves de Melo Filho

Coordenador de Orçamento e Execução Financeira

Roberto Brasil Siqueira

Coordenador da Compensação Previdenciária

Thiago Jesus Marinho Luiz

Coordenadora de Gestão de Pessoas

Marilene Félix da Silva

Gestor de Investimentos

Thiago Caminha Pessoa da Costa

Ouvidor

Maximiliano Leite Cavalcanti

Conselho de Administração

(Biênio 2025/2026)

PBPREV - PARAÍBA PREVIDÊNCIA

Presidente	José Antonio Coêlho Cavalcant
Suplente	Frederico Augusto Cavalcanti Bernardo

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Membro	Carlos Tibério Limeira Santos Fernandes
Suplente	Jacqueline Fernandes de Gusmão

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Membro	Marialvo Laureano dos Santos Filho
Suplente	Bruno de Sousa Frade

PODER LEGISLATIVO

Membro	Evandro José da Silva
Suplente	Marcélia dos Santos Ferreira

PODER JUDICIÁRIO

Membro	Eduardo Faustino Almeida DinizEINSTEIN Einstein
Suplente	Roosevelt Leite

MINISTÉRIO PÚBLICO-MP

Membro	Antônio Hortêncio Rocha Neto
Suplente	Carlos David Lopes Correia Lima

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Membro	Maria Zaira Chagas Guerra Pontes
Suplente	Ludmilla Costa de Carvalho Frade

POLÍCIA MILITAR

Membro	TC Elson Janes dos Santos Ribas
Suplente	TC Onierbert Elias de Oliveira

SERVIDORES CIVIS ATIVOS

Membro	Ruy Ramalho de Freitas
Suplente	Maria das Graças A. Teixeira da Rocha

SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

Membro	Uyramir Veloso Castelo Branco
Suplente	Geraldo Magela Sousa

PROCURDORIA GERAL DO ESTADO - PGE

Membro	Fábio Brito Ferreira
Suplente	Felipe Tadeu Lima Silvino

Conselho Fiscal

(Biênio 2025/2026)

Representante da Controladoria-Geral do Estado - CGE	Titular	John Kennedy Ferreira
	Suplente	Gleydson Farias Bronzeado
Representante dos servidores civis ativos	Membro	Aurea Bustorff Feodrippe Quintão
	Suplente	Emanuel Lima Serrano
Representante dos servidores civis inativos	Membro	Hélida Cavalcanti de Brito
	Suplente	Maria do Socorro Rafael Setimi
Representantes dos militares ativos	Membro	TC Estácio Mariano e Oliveira Filho
	Suplente	Major Nilvan Alves Filho
Representantes dos militares inativos	Membro	Cel. Ciro Santos
	Suplente	Major Hermes de Araújo Souza Filho
Representante da Secretaria de Estado da Fazenda	Membro	Marialvo Laureano dos Santos Filho
	Suplente	Bruno Souza Frade

Representante da Procuradoria-Geral do Estado - PGE	Membro	Paulo Márcio Soares Madruga
	Suplente	Felipe de Brito Lira Souto

Representante do Conselho de Administração da PBPREV	Membro	Maria Zaira Chagas Guerra Pontes
	Suplente	Eduardo Faustino Almeida Diniz

“A justiça atrasada não é justiça; senão injustiça qualificada e manifesta.”

Rui Barbosa

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO
PARAÍBA PREVIDÊNCIA - PBPREV

Av. Rio Grande do Sul, S/N – Bairro dos Estados – João Pessoa-PB
CEP: 58.030-020 Tel.: (83) 2107-1110

1- NASCIMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DA PARAÍBA

A disciplina basilar dos benefícios de aposentadoria, atinente aos regimes próprios de previdência (RPPS), encontra-se alocada no artigo 40 da Constituição Federal, que elenca os requisitos a serem necessariamente preenchidos pelos servidores públicos civis para que possam passar à inatividade.

Até o advento da Emenda 20/98 e da Lei nº 9.717/98, diante da complacência legislativa e da ausência de lógica financeira e atuarial aplicadas à gestão previdenciária do funcionalismo público, os RPPSs eram tratados como meros apêndices da política de pessoal dos entes federados. Na ausência de critérios e requisitos que garantissem a viabilidade técnica e a sustentabilidade financeira dos RPPSs, as despesas com aposentados e pensionistas dos entes passaram a comprometer cada vez mais o gasto com pessoal.

Com a reforma previdenciária de 1998, o RGPS e os RPPSs da União, Estados e Municípios submeteram-se a novos paradigmas, tais como a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, o caráter contributivo, e a vinculação da receita previdenciária, entre outros. A partir daí, considera-se nacionalmente criada a obrigatoriedade de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial dos sistemas previdenciários brasileiros.

Referida situação gerou déficits nos sistemas próprios previdenciários das três esferas de governo. Em uma tentativa de controlar o supramencionado déficit, criou-se entendimento que haveria uma necessidade de homogeneização das regras entre as esferas administrativas, convergindo para a unificação dos regimes de previdência especiais e o geral.

Em consequência disso, em 31.12.2003, foi publicada a EC 41, que tratou, em síntese, de aproximar as regras dos RPPSs as regras do RGPS, sem unificar a gestão desses sistemas previdenciários, instituindo o cálculo das aposentadorias pela média, de forma a espelhar o histórico contributivo do servidor; extinguindo a garantia da paridade para as novas pensões e para as aposentadorias concedidas pela regra da média. Além disso, a Emenda 41 instituiu o caráter solidário mediante a taxação das aposentadorias e pensões dos RPPSs e criou nova sistemática de cálculo para as novas pensões que superem o teto do RGPS.

Com o intuito de promover operabilidade à nova forma de cálculo das aposentadorias e pensões, em 20.02.2004, foi publicada a Medida Provisória nº 167, convertida na Lei nº 10.887. Essa lei tratou, entre outras questões, de regulamentar os dispositivos constitucionais que criaram a nova sistemática de cálculo para as aposentadorias e pensões.

O direito à paridade foi substituído pelo reajuste anual para recompor o poder de compra desses benefícios em virtude da variação inflacionária do ano anterior. O art. 40, § 8º, CF/88, que dispunha sobre o referido direito à paridade, foi modificado pela EC 41, passando a dispor que “é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei”

Como toda alteração nas leis previdenciárias afeta consideravelmente a expectativa de milhões de brasileiros, foram instituídas “normas de transição” para assegurar àqueles que acreditavam que seriam beneficiados pelas regras então vigentes (que possuíam mera expectativa de direito) critérios mais amenos que os novos. É dizer, as regras de transição têm por finalidade efetuar o passamento das situações jurídicas com expectativa de se consolidarem sob a égide do regime anterior para a vigência do novo sem a constrição de garantias individuais, em especial, a do direito adquirido.

A vista disso, em matéria previdenciária, tais regras devem levar em consideração necessariamente condições individuais dos sujeitos envolvidos, como a idade e o tempo de contribuição, entre outras. Foi nesse contexto que surgiram as regras de transição. Por opção do legislador, algumas resguardaram o direito à paridade e outras não.

Outrossim, dentro do panorama traçado em 2003, um dia antes da publicação da Emenda Constitucional 41/03, consubstanciado no cenário nacional, que tentava enfrentar a incredulidade nos Regimes Próprios de Previdência, foi editada a Lei Estadual nº. 7.517 de 30 de dezembro de 2003– que criou a Paraíba Previdência –, e delegou a nova entidade autárquica à competência para gerir e administrar os benefícios previdenciários, consoante o preconizado em seu art. 3º,

caput¹.

2- DA PROCURADORIA JURÍDICA - PROJUR

Ao desempenhar suas competências Institucionais, a Procuradoria Jurídica da Pbprev busca atingir o objetivo do Programa de Governo, que tem como finalidade a Recuperação de Créditos e Defesa da Autarquia Estadual, beneficiando, destarte, a economia em decorrência das vitórias obtidas em causas judiciais de relevância para o Erário, promovendo o ingresso direto de receitas ou evitando a perda de recursos.

Suas atribuições estão imiscuídas no artigo 24 do Decreto 42.675/2022, que disciplina o Regulamento Geral da Paraíba Previdência, vejamos:

Art.24- A Procuradoria Jurídica, diretamente subordinada à Presidência, tem por finalidade a supervisão, coordenação, controle e execução de Trabalhos e estudos jurídicos de interesse da PBPREV-Paraíba Previdência, e especificamente compete:

I –representar a PBPREV-Paraíba Previdência em Juízo e em assuntos que lhe forem delegados, reportando à Presidência fatos relevantes;

II- assessorar juridicamente os Conselhos de Administração e Fiscal e demais áreas da PBPREV-Paraíba Previdência;

III – analisar previamente os termos de contratos, convênios, compromissos, consórcios, editais ou outros instrumentos jurídicos em que a PBPREV-Paraíba Previdência seja parte ou interveniente;

IV - reunir, classificar e guardar todo o acervo de legislação e jurisprudência de interesse da PBPREV-Paraíba Previdência;

¹ Art. 3º - Compete à PBPREV **gerir** o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado da Paraíba, com o objetivo exclusivo de **administrar** e conceder aposentadorias e pensões, bem como transferência para a reserva remunerada e reformas, na forma prevista em lei, sendo de sua responsabilidade: (Redação dada pelo art. 1º da Lei Estadual n.º 8.185/2007) (grifos nossos)

- V – apresentar relatórios periódicos das atividades relativas à sua área de atuação;
- VI- coordenar a instrução jurídica dos processos de caráter administrativo e previdenciário;
- VII- orientar Juridicamente processo licitatório;
- VIII- emitir orientação para cumprimento de ordens judiciais;
- IX- Coordenar trabalhos jurídicos na área do contencioso;
- X- emitir pareceres e recomendações no âmbito de da sua atuação;
- XI- Promover acordos judiciais;
- XII- acompanhar cumprimento de ordem judicial, e
- XIII- desempenhar outras atividades correlatadas.

Parágrafo único: Nas ausências e impedimentos, o Procurador Jurídico será substituído pelo Coordenador Jurídico Previdenciário.

Importante registrar que o papel a Procuradoria possui não é de apenas acompanhar processos judiciais. Sua missão é muito mais ampla, abrangendo atendimento ao servidor(um segurado bem informado deposita maior confiança no sistema e reduz a necessidade de judicialização), esclarecimentos jurídicos, orientação sobre direitos e deveres e contribuição para a desmistificação do direito previdenciário, uma vez que a complexidade normativa e a sucessão de reformas previdenciárias têm contribuído para o aumento exponencial das judicializações envolvendo servidores públicos.

Hoje, a PBPREV figura como o segundo órgão fazendário mais demandado judicialmente no Estado da Paraíba, perdendo apenas para o próprio Estado, representado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Esse dado evidencia:

- O alto grau de sensibilidade das matérias previdenciárias;
- O impacto das mudanças constitucionais e infraconstitucionais;
- A coexistência de diversas regras de transição;
- A dificuldade dos segurados em compreender alterações legislativas;
- A necessidade crescente de ações corretivas e preventivas.

A judicialização não decorre apenas de discordâncias individuais, mas de um cenário nacional de transição normativa, reformas sucessivas e grande expectativa social quanto ao direito à aposentadoria e a PBPrev, não representando falha de gestão, mas sim reflexo de um ambiente jurídico-institucional em constante mutação, no qual o servidor busca a via judicial como instrumento de legitimação de direitos.

3- DETALHAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE DEMANDAS

O direito previdenciário ocupa posição singular na vida do servidor. A aposentadoria, por sua natureza, envolve expectativas construídas ao longo de décadas de serviço. Alterações legais — ainda que necessárias — impactam diretamente trajetórias pessoais, financeiras e emocionais. Este cenário, somado à complexidade das normas, resulta em um fenômeno nacional: a judicialização massiva do direito previdenciário.

Com dito alhures, a Paraíba Previdência é o segundo órgão mais demandado do Estado da Paraíba.

Consoante se detém da imagem abaixo, extraída do sítio do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, no ano de 2024, foram autuados 6024, no 1º grau, que, somados ao passivo encontrado, aproximam-se de 18.000 processos judiciais ativos, onde a PBprev figura, quase em sua totalidade, como ré.

Nome da Parte

Outros nomes / Alcunha

Nome do Representante

CPF ☐ CNPJ ☒

06.121.067/0001-60

Número do processo

8

15

Processo referência

☒ Numeração única
☐ Livre

*

Assunto

Classe judicial

Número do documento

OAB (000000 A UF)*

UF

Jurisdição *

Selecione

Órgão julgador *

Selecione

Data de Autuação

De

01/01/2024

Até

31/12/2024

Consultar processos

KYSCIA MARY GUIMARAES DI LORENZO

Ações	Processo	Características	Órgão julgador	Autuado em	Classe judicial	Polo ativo	Polo passivo	Última moviment.
	0800357-13.2024.8.15.0001		1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Campina Grande	07/01/2024	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	AVERALDO BATISTA DE LIMA	PARAÍBA PREVIDENCIA	Recebidos os Autos pela Contadoria
	0800354-58.2024.8.15.0001		1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Campina Grande	07/01/2024	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	CAMILO LAURENTINO DA SILVA	PARAÍBA PREVIDENCIA	Processo suspenso em razão da expedição de RPV
	0800270-71.2024.8.15.0001		2º Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital	05/01/2024	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	JOAO FRANCISCO DE VASCONCELLOS	PARAÍBA PREVIDENCIA	Juntada de Petição de execução / cumprimento de sentença
	0800226-52.2024.8.15.0001		1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital	04/01/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	ANTONIA ISANETE DE SALES FERREIRA	PARAÍBA PREVIDENCIA	Conclusos ao Juiz Leigo
	0800018-06.2024.8.15.0211		3ª Vara Mista de Itaporanga	04/01/2024	EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL	JOSE FERREIRA LIMA	PARAÍBA PREVIDENCIA	Expedição de Outros documentos.
	0800199-55.2024.8.15.0001		1ª Vara da Fazenda Pública de Campina Grande	04/01/2024	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE AÇÕES COLETIVAS	LEONILDO DIAS	PARAÍBA PREVIDENCIA	Arquivado Definitivamente
	0800198-70.2024.8.15.0001		2ª Vara da Fazenda Pública de Campina Grande	04/01/2024	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE AÇÕES COLETIVAS	HERALDO GOMES DA SILVA	PARAÍBA PREVIDENCIA	Juntada de Petição de informação
	0800011-67.2024.8.15.0161		1ª Vara Mista de Cuité	04/01/2024	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE AÇÕES COLETIVAS	BENEDITO FERNANDES	PARAÍBA PREVIDENCIA	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para Instância Superior
	0800183-18.2024.8.15.0001		2º Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital	04/01/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	BENEDITO FERNANDES	PARAÍBA PREVIDENCIA	Arquivado Definitivamente
	0800181-48.2024.8.15.0001		1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital	04/01/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	BENEDITO FERNANDES	PARAÍBA PREVIDENCIA	Arquivado Definitivamente
	0800140-81.2024.8.15.0001		5ª Vara de Fazenda Pública da Capital	03/01/2024	EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL	MANUEL ALVES DE OLIVEIRA	PARAÍBA PREVIDENCIA	Arquivado Definitivamente
	0800139-96.2024.8.15.0001		4ª Vara de Fazenda Pública da Capital	03/01/2024	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE AÇÕES COLETIVAS	BENTO RODRIGUES DE SOUZA	PARAÍBA PREVIDENCIA	Arquivado Definitivamente
	0800126-97.2024.8.15.0001		6ª Vara de Fazenda Pública da Capital	03/01/2024	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE AÇÕES COLETIVAS	JARBAS DE OLIVEIRA BARROS	PARAÍBA PREVIDENCIA	Juntada de provimento correicional
	0800036-75.2024.8.15.0001		1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Campina Grande	02/01/2024	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	HERALDO GOMES DA SILVA	PARAÍBA PREVIDENCIA	Conclusos para decisão
	0800019-53.2024.8.15.0001		2º Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital	02/01/2024	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	MARIA CARMELITA DOS SANTOS SILVA	PARAÍBA PREVIDENCIA	Decorrido prazo de PARAÍBA PREVIDENCIA em 20/10/2025 23:59.

« « 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 » »

6035 resultados encontrados.

Além das demandas institucionais estratégicas, a PBPrev convive com um conjunto relevante de ações repetitivas, que demanda atenção permanente e organização interna compatível com o volume e a complexidade dos litígios previdenciários.

Entre as principais demandas recorrentes, destacam-se:

- **Execução do acordo homologado no processo nº 0849908-15.2020.8.15.2001**, celebrado entre o SINTEP-PB, o Estado da Paraíba e a PBPrev perante a 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital. O cumprimento do ajuste envolve cerca de **2.500 execuções individuais**, representando uma das maiores frentes operacionais atualmente sob responsabilidade da Projur;
- **Ações ordinárias e mandados de segurança de militares** que pleiteiam revisão do adicional de inatividade e do anuênio, frequentemente acompanhadas de pedidos de retroativos. O tema possui entendimentos consolidados: o **IRDR nº 13** fixou a incidência do Adicional de Inatividade com base no soldo atual, enquanto a **Súmula nº 51 do TJPB** determinou que o anuênio deve ser calculado com base no soldo de janeiro/2012. Apesar da pacificação, subsistem demandas individuais que buscam afastar ou reinterpretar tais parâmetros;
- **Demandas relativas ao adicional de representação da área da saúde**, distribuídas em Varas, Juizados e no Tribunal de Justiça por meio de mandados de segurança, todas com cobrança de valores retroativos e debates sobre critérios de composição remuneratória;
- **Mandados de segurança impetrados por viúvas de ex-deputados estaduais**, muitos já em fase conclusiva. A ADPF 793 reduziu significativamente o ingresso de novas ações, mas diversas demandas preexistentes já transitaram em julgado. Ressalte-se que o impacto financeiro dessas decisões recai sobre o **Tesouro Estadual**, tendo em vista a natureza indenizatória da verba;
- **Mandados de segurança de militares para evitar transferência para a reserva remunerada**, nos quais a PBPrev vem obtendo resultados favoráveis, embora o número de impetrações exija acompanhamento contínuo;
- **Pedidos de isenção de imposto de renda**, que demandam análise documental rigorosa, emissão de pareceres e, muitas vezes, cumprimento de determinações judiciais;
- **Ações de restituição de contribuição previdenciária incidente sobre juros e correção monetária de precatórios pagos pelo TJPB**, predominantemente propostas perante os Juizados da Fazenda Pública, configurando um núcleo elevado de litigância repetida;e
- **Ações de cobrança de retroativos da Gratificação Estímulo à Docência**, também frequentes nos Juizados, envolvendo controvérsias sobre período de incidência, critérios de cálculo e reflexos remuneratórios.

Esse panorama revela um ambiente de litigiosidade persistente e de crescente complexidade, o que reforça a necessidade de contínuo aprimoramento da estrutura da Projur, bem como de integração funcional com os demais setores da PBPrev e alinhamento estratégico com a Procuradoria-Geral do Estado. A consolidação de fluxos, a padronização de respostas e a uniformização de entendimentos são fundamentais para assegurar eficiência, segurança jurídica e celeridade no tratamento das demandas que envolvem o RPPS do Estado da Paraíba.

4- DOS PAGAMENTOS DAS CONDENAÇÕES JUDICIAIS

conforme disciplina a Lei Estadual nº 7.486/2003, as condenações judiciais até 10 salários mínimos são classificadas como Obrigações de Pequeno Valor (OPVs) e, portanto, pagas diretamente pela PBPrev mediante requisição de pequeno valor (RPV). Já as condenações que ultrapassam esse limite devem obrigatoriamente ser processadas pelo regime constitucional de precatórios, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

Nessas hipóteses, a obrigação deixa de integrar o orçamento da PBPrev e passa a constituir dívida judicial do Estado da Paraíba, cuja responsabilidade financeira é exclusiva do Tesouro Estadual, cabendo à Procuradoria-Geral do Estado o acompanhamento processual. A PBPrev permanece responsável pelo apoio técnico, elaboração de cálculos e informações necessárias à regular inscrição e à correta classificação do requisitório.

O controle da inscrição, formação da ordem cronológica e administração dos pagamentos dos precatórios são atribuições exclusivas do Tribunal de Justiça do Estado, que exerce, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal e da Resolução CNJ nº 303/2019, a gestão centralizada do sistema de precatórios. Ao Tribunal compete a conferência dos ofícios requisitórios, a classificação entre RPs e precatórios, a organização da fila cronológica, a execução dos pagamentos conforme repasses do Poder Executivo e a fiscalização do cumprimento dos regimes ordinário e especial. Dessa forma, a inscrição e execução financeira dos valores que superam o limite das OPVs não se submetem à gestão orçamentária da PBPrev, mas sim à autoridade administrativa e jurisdicional do Tribunal de Justiça.

Em 2024, a PBPrev registrou o pagamento total de R\$ 11.458.734,73 a título de RPs, correspondentes às decisões judiciais dentro do limite legal de pequeno valor. Esse desempenho evidencia a regularidade da autarquia no cumprimento das obrigações judiciais, observando fluxos internos, planejamento

financeiro e estrita responsabilidade fiscal. O montante consolidado reforça o compromisso institucional com a tempestividade, transparência e segurança no pagamento das decisões que recaem diretamente sobre o orçamento previdenciário.

Já para o ano de 2025, a PBPrev tem provisionado mais de 16 milhões de reais. Tal projeção considera o fluxo médio mensal de novas determinações judiciais, a manutenção do volume de demandas repetitivas e o calendário usual de cumprimento das ordens judiciais.

Esses números reforçam o compromisso institucional da PBPrev com o cumprimento tempestivo das decisões judiciais, a previsibilidade orçamentária e a gestão responsável das despesas de pequeno valor, em consonância com as normas do RPPS e com os parâmetros constitucionais de execução financeira.

5- CONCLUSÃO

A análise empreendida ao longo deste relatório evidencia que a Paraíba Previdência consolidou-se, desde sua criação em 2003, como uma instituição fundamental para a estabilidade e a governança do Regime Próprio de Previdência Social do Estado da Paraíba. A trajetória normativa que moldou o sistema — marcada pelas reformas constitucionais, especialmente as Emendas 20/1998, 41/2003 e 103/2019 — impôs aos entes federados o dever de profissionalizar a gestão previdenciária, incorporar parâmetros atuariais e assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial.

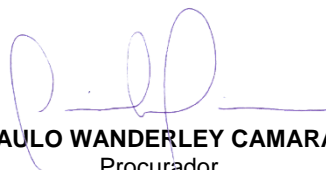
Nesse contexto, a PBPrev vem assumindo papel estratégico na administração dos benefícios previdenciários e na coordenação das políticas necessárias à sustentabilidade do RPPS estadual. A Procuradoria Jurídica, por sua vez, destaca-se como área essencial à defesa institucional, à prevenção de litígios, à segurança jurídica e ao apoio técnico especializado às unidades administrativas. O volume expressivo de demandas judiciais — que coloca a PBPrev como o segundo órgão fazendário mais acionado do Estado — demonstra não apenas o grau de sensibilidade do tema previdenciário, mas também os desafios decorrentes da sucessão de reformas, da coexistência de diversas regras de transição e da natural expectativa do servidor em relação à sua aposentadoria.

Apesar desse cenário de elevada judicialização, verificou-se que a atuação integrada da Projur, aliada à interlocução com a Procuradoria-Geral do Estado e aos esforços de orientação aos segurados, tem permitido avanços significativos na padronização de entendimentos, na redução de litígios repetitivos e no fortalecimento das soluções administrativas. A informação qualificada, o atendimento humanizado e a atuação preventiva revelam-se estratégias imprescindíveis para a diminuição do passivo judicial e para o aumento da confiança do servidor na instituição previdenciária.

Assim, conclui-se que a PBPrev cumpre sua missão constitucional e legal, promovendo a gestão previdenciária com rigor técnico, responsabilidade fiscal, defesa jurídica qualificada e permanente aprimoramento institucional. Os desafios enfrentados — especialmente aqueles decorrentes da complexidade normativa e da intensa demanda judicial — são tratados com profissionalismo, planejamento e cooperação interinstitucional, assegurando que o servidor público paraibano tenha garantido seu direito à informação, à apreciação de suas demandas e ao acesso a um sistema previdenciário sólido, confiável e sustentável.



FREDERICO AUGUSTO CAVALCANTI BERNARDO
Diretor Administrativo e Financeiro



PAULO WANDERLEY CAMARA
Procurador



JOSÉ ANTÔNIO COÊLHO CAVALCANTI
Presidente PBPREV

*** DESPESA PAGA ***					ANEXO 2
ESTADO DA PARAIBA					
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO					
PARAIBA PREVIDENCIA - PPBREV					
EXERCICIO: 2024 PERIODO (MES): DEZEMBRO DATA EMISSAO: 24/11/2025 - HORA: 09:38					PAGINA: 0001
CODIGO	ESPECIFICACAO	ELEMENTO	GRUPO	CATEGORIA	
300000	Despesas Correntes				3.718.545.911,53
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.691.584.478,95		
319001	Aposentadorias e Reformas	2.858.729.918,95			
319003	Pensoes do RPPS e do militar	820.496.445,17			
319011	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.784.254,24			
319013	Obrigacoes Patronais	412.929,30			
319092	Despesas de Exercicios Anteriores	5.318.292,29			
319094	Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas	309.518,43			
319113	Contribuicoes Patronais	533.120,57			
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		26.961.432,58		
339014	Diarias - Civil	58.198,29			
339030	Material de Consumo	234.215,54			
339033	Passagens e Despesas com Locomocao	2.686,35			
339035	Servicos de Consultoria	114.979,34			
339036	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	1.538.153,10			
339037	Locacao de Mao-de-Obra	900.486,23			
339039	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	691.238,51			
339040	Servico de Tecnologia da Informacao e Comunicac	546.775,87			
339046	Auxilio-Alimentacao	1.335.320,00			
339047	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	363,15			
339049	Auxilio-Transporte	168.171,20			
339086	Compensacoes a Regimes de Previdencia	9.902.044,65			
339091	Sentencas Judiciais	11.456.979,23			
339092	Despesas de Exercicios Anteriores	1.842,30			
339093	Indenizacoes e Restituicoes	8.223,32			
339139	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0,00			
339191	Setencas Judicias - Op. Intra-Orcamentarias	1.755,50			
400000	Despesas de Capital				52.128,00
440000	Investimentos		52.128,00		
449052	Equipamentos e Material Permanente	52.128,00			
900000	Reserva de Contingencia				0,00
990000	Reserva de Contingencia		0,00		
999999	Reserva de Contingencia	0,00			
TOTAL GERAL					3.718.598.039,53

*** DESPESA PAGA ***					ANEXO 2
ESTADO DA PARAIBA					
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO					
PARAIBA PREVIDENCIA - PBPREV					
EXERCICIO: 2025 PERIODO (MES): NOVEMBRO DATA EMISSAO: 28/11/2025 - HORA: 11:57					PAGINA: 0001
CODIGO	ESPECIFICACAO	ELEMENTO	GRUPO	CATEGORIA	
300000	Despesas Correntes				3.678.536.783,84
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.654.952.701,68		
319001	Aposentadorias e Reformas	2.842.997.776,97			
319003	Pensões do RPPS e do militar	799.579.430,57			
319011	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.888.469,53			
319013	Obrigações Patronais	360.454,67			
319086	Compensações a Regimes de Previdência	406.913,11			
319092	Despesas de Exercícios Anteriores	4.958.578,18			
319094	Indenizações e Restituições Trabalhistas	209.134,52			
319113	Contribuições Patronais	551.944,13			
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		23.584.082,16		
339014	Diárias - Civil	61.659,34			
339030	Material de Consumo	142.692,07			
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	0,00			
339035	Serviços de Consultoria	107.092,30			
339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.490.323,53			
339037	Locação de Mão-de-Obra	999.195,57			
339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.826.216,65			
339040	Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicaç	935.522,36			
339046	Auxílio-Alimentação	1.220.840,00			
339047	Obrigações Tributárias e Contributivas	2.871,71			
339049	Auxílio-Transporte	188.625,00			
339086	Compensações a Regimes de Previdência	0,00			
339091	Sentenças Judiciais	15.573.556,19			
339092	Despesas de Exercícios Anteriores	2.727,44			
339093	Indenizações e Restituições	0,00			
339139	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	32.760,00			
400000	Despesas de Capital				381.150,50
440000	Investimentos		381.150,50		
449051	Obras e Instalações	0,00			
449052	Equipamentos e Material Permanente	381.150,50			
900000	Reserva de Contingência				0,00
990000	Reserva de Contingência		0,00		
999999	Reserva de Contingência	0,00			
TOTAL GERAL					3.678.917.934,34